



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI**

## **Estado de Minas Gerais**

---

**PROJETO LEI Nº 17/2022 DE 22 DE JUNHO DE 2022**

### **“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DÉBITOS COM O ESTADO DE MINAS GERAIS PROVENIENTES DE MULTAS AMBIENTAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

A Câmara Municipal de Ijaci aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a promover o pagamento dos débitos com o Estado de Minas Gerais, provenientes de infrações ambientais cujas multas restaram inscritas na dívida ativa.

**Art. 2º** O pagamento dos débitos autorizados no artigo anterior se dará de forma administrativa ou em processo de execução fiscal, em trâmite perante a Comarca de Lavras/MG, e inclui eventuais encargos como despesas processuais e honorários advocatícios.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, podendo ser suplementadas caso necessário.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ijaci, 22 de junho de 2022.

  
**Fabiano da Silva Moreti**  
Prefeito Municipal



ESTADO DE MINAS GERAIS  
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

## CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

DATA DA INSCRIÇÃO 01.04.2022	ADVOCACIA REGIONAL EM VARGINHA	PTA / CDA Nº 58.001385818-96	LIVRO 2792	FOLHA 0083		
NESTA DATA, FOI INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA O DÉBITO PARA COM A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DA RESPONSABILIDADE DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) ABAIXO IDENTIFICADO(S):						
DEVEDOR MUNICIPIO DE IJACI PRAÇA PREFEITO ELIAS ANTONIO FILHO, 119 CENTRO - IJACI - MG - CEP: 37218-000						
INSCRIÇÃO ESTADUAL / INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL		CNPJ / CPF / OUTRO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO 18.244.400/0001-08				
IDENTIFICAÇÃO DE SÓCIOS E COOBRIGADOS						
CPF / CNPJ	S/C	CARGO	NOME/RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE			
DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO NÃO CONTENCIOSO						
REFERÊNCIA	INÍCIO CORR. MONETÁRIA	VENCIMENTO OBRIGAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR ORIGINAL EM	JUROS	SALDO EM
06.2018		29.09.2021	DA TX SEMA	R\$ 13.925,31	731,94	14.657,25
VALOR TOTAL DEVIDO					731,94	14.657,25
ORIGEM, NATUREZA E FUNDAMENTO						
<p>Órgão de Origem: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Nº Processo: 571241/18 Nº Auto de Infração: 103521/2018 Infringência(s): LEI ESTAD 7772/80 de 08/09/1980 - Artigo 1 Penalidade(s): DEC. ESTAD 47383/18 de 03/03/2018 - Artigo 112, 116</p> <p>A partir do vencimento, a dívida será atualizada pela taxa SELIC, conforme art. 5º da Lei Estadual nº 21.735/2015 e art. 50 do Decreto Estadual nº 46.668/2014 c/c art. 406 da Lei nº 10.406/2002.</p> <p>CAUSA DE INTERVENÇÃO DE QUALQUER NATUREZA QUE RESULTE OU POSSA RESALTAR EM POLUIÇÃO DEGRADAÇÃO OU DANO AO RECURSO HÍDRICOS, AS ESPÉCIES VEGETAIS E ANIMAIS AOS ECOSISTEMAS E HABITAIS OU AO PATRIMÔNIO NATURAL OU CULTURAL, OU QUE PREJUDIQUE A SAÚDE A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO.</p>						
VARGINHA		01.04.2022	Digitally signed by ADVOCACIA GERAL DO ESTADO:16745465000101 Date: 2022.04.02 03:22:02			
LOCAL		DATA	AUTORIDADE COMPETENTE			
			Aline Cristina O. Amaral Procuradora do Estado OAB/SP 1.209.452-0			

FLUXO: Inscrição: PRFE / Livro de Inscrição  
1ª via: PRFE > Cobrança Judicial  
2ª via: PRFE > Cobrança Judicial  
3ª via: PRFE / PTA





ESTADO DE MINAS GERAIS  
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

## CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

DATA DA INSCRIÇÃO 01.04.2022	ADVOCACIA REGIONAL EM VARGINHA	PTA / CDA Nº 58.001385817-13	LIVRO 2792	FOLHA 0081		
NESTA DATA, FOI INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA O DÉBITO PARA COM A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DA RESPONSABILIDADE DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) ABAIXO IDENTIFICADO(S):						
DEVEDOR MUNICIPIO DE IJACI PRAÇA PREFEITO ELIAS ANTONIO FILHO, 119 CENTRO - IJACI - MG - CEP: 37218-000						
INSCRIÇÃO ESTADUAL / INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL		CNPJ / CPF / OUTRO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO 18.244.400/0001-08				
IDENTIFICAÇÃO DE SÓCIOS E COOBRIGADOS						
CPF / CNPJ	S/C	CARGO	NOME/RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE			
DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO NÃO CONTENCIOSO						
REFERÊNCIA	INÍCIO CORR. MONETÁRIA	VENCIMENTO OBRIGAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR ORIGINAL EM	JUROS	SALDO EM
05.2018		29.09.2021	DA TX SEMA	R\$ 13.985,19	735,08	14.720,27
VALOR TOTAL DEVIDO					735,08	14.720,27
ORIGEM, NATUREZA E FUNDAMENTO						
<p>Órgão de Origem: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Nº Processo: 563029/18 Nº Auto de Infração: 113753/2018 Infringência(s): LEI ESTAD 7772/80 de 08/09/1980 - Artigo 16 Penalidade(s): DEC. ESTAD 47383/18 de 03/03/2018 - Artigo 112. 107</p> <p>A partir do vencimento, a dívida será atualizada pela taxa SELIC, conforme art. 5º da Lei Estadual nº 21.735/2015 e art. 50 do Decreto Estadual nº 46.668/2014 c/c art. 405 da Lei nº 10.406/2002.</p> <p>INSTALAR, CONSTRUIR, TESTAR, FUNCIONAR, OPERAR OU AMPLIAR ATIVIDADE EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORA OU DEGRADADORA DO MEIO AMBIENTE SEM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL, DESDE QUE NÃO AMPARADO POR TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUITA COM O ORGÃO OU ENTIDADE AMBIENTAL COMPETENTE; INCLUSIVE NOS CASOS DE FRAGMENTAÇÃO INDEVIDA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.</p>						
VARGINHA		01.04.2022	Digitally signed by ADVOCACIA GERAL DO ESTADO:16745465000101 Date: 2022.04.02 03:22:01			
LOCAL		DATA	AUTORIDADE COMPETENTE			

FLUXO: Inscrição: PRFE / Livro de Inscrição  
CDA: 1ª via: PRFE > Cobrança Judicial  
2ª via: PRFE > Cobrança Judicial  
3ª via: PRFE / PTA

MOD. 06.05.02

Aline Cristina O. Amaral  
Procuradora do Estado

**Data da inscrição: 20/11/2020**

Número: 124224

Livro: 622

Folha: 5

### IDENTIFICAÇÃO DO DEVEDOR

Nome: Municipio de Ijaci

CPF/CNPJ: 18.244.400/0001-08

PRAÇA Prefeito Elias Antonio Filho, 119

Bairro: Centro

CEP: 37205-000 Município: IJACI/MG

NESTA DATA, EM VIRTUDE DE DECISÃO PROFERIDA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO, FOI INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA O DÉBITO PARA COM O SISTEMA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DE RESPONSABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO.

## IDENTIFICAÇÃO DE SÓCIOS E COOBRIGADOS

Tipo e nº do documento de origem: **AUTO DE INFRAÇÃO: 114172/2019**

Nº so processo administrativo.....: 662710/19

## ENQUADRAMENTO LEGAL

1 / / / 7772/80

112 / / / 47383/18

### DESCRIÇÃO DO FATO

CAUSAR POLUIÇÃO A RECURSO HÍDRICO, SOLO E A VEGETAÇÃO, MEDIANTE LANÇAMENTO DE ESGOTO EM NATURA PROVENIENTE DE UMA ETE QUE TRANSBORDOU, LANÇANDO SEUS EFLUENTES A CEU ABERTO, PREJUDICANDO O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO.

## DISCRIMINAÇÃO DO CREDITO NÃO TRIBUTÁRIO

Valor Residual : R\$ 13.474,50

Valor Corad/Conselho : R\$ 0,00

Valor Original : R\$ 13.474,50

Valor Quitado : R\$ 0,00

Indice CM (01/01/2015) : 1,0054000

Termo Inicial CM : 12/02/2019 08/03/2019

Valor Apurado Até 31/12/2014 :

Termo Inicial Juros :

Juros de Mora : Porcentagem : 0 %

Termo Final Juros (até 31/12/2014) :

Índice SELIC Acumulada : 1,0732605

Termo Inicial Selic a Partir de : 03/2019

Valor Atualizado : R\$ 14.539,74

Termo Final Selic : 03/01/2021

Os créditos não tributários das entidades integrantes do Sistema Estadual do Meio Ambiente estão sujeitos, até o efetivo pagamento, à incidência: a partir da data da lavratura do auto de infração de atualização monetária pelos índices divulgados pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, baseados na evolução da ORTN, de outubro/64 a fevereiro/86, da OTN, de março/86 a janeiro/89, da BTN, de fevereiro/89 a janeiro/91, da TR de fevereiro/91 a junho/94, do IPC-r/BGE, de julho/94 a junho/95, e do INPC/BGE, de julho/95 em diante, e, a partir do vencimento, à incidência da taxa SELIC (art. 5º da Lei Estadual nº 21.735/2015 e art. 50 do Decreto Estadual nº 46.668/2014 c/c art. 406 da Lei 10.406/2002).

EXTRAIU-SE A PRESENTE CERTIDÃO PARA QUE SE FAÇA A COBRANÇA AMIGÁVEL OU JUDICIAL DO CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO, QUE FICA SUJEITO A COBRANÇA DE MORA CALCULADOS A ÉPOCA DE SUA EFETIVA LIQUIDAÇÃO.

VARGINHA-MG, segunda-feira, 4 de janeiro de 2021

Fluxo: Inscrição: Processamento --> Livro de Inscrição  
CDA 1ª via: Processamento --> Cobrança Judicial  
CDA 2ª via: Processamento --> Processo Administrativo

**Douglas Guimarães**  
Advogado Regional do Estado  
ARE/Marginha  
MASP 1.334.136-7  
OAB/MG 145.031





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO  
Cadastro Geral de Convenientes - CAGEC

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC DO PARCEIRO/CONVENENTE			
Nº DO CADASTRO:	633		
SITUAÇÃO:	Irregular		
LEGISLAÇÃO			
Este cadastro é regido pela Lei Federal 8.666/1993, Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais normas que regulamentam a Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 05 de 24 de janeiro de 2020. O cálculo realizado a partir da análise dos itens específicos do MROSC levam em consideração o disposto na alínea "a" do inciso V e nos incisos I, III e IV do artigo 33 da Lei Federal nº 13.019 com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e nas normas de organização interna da OSC.			
IDENTIFICAÇÃO			
CNPJ:	18.244.400/0001-08	Data de Abertura:	09/07/2005
Razão Social:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI		
Nome Fantasia:	Prefeitura Municipal de Ijaci		
Natureza Jurídica (CNPJ):	Município		
Gênero de Parceiro/Conveniente:	Entes Federados ou Pessoas Jurídicas a ele Vinculadas		
Tipo de Parceiro/Conveniente:	Município		
ENDEREÇO			
PRAÇA PRAÇA PREFEITO ELIAS ANTONIO FILHO, 119, Centro, IJACI, MG, CEP: 37.218-000			
CONTATOS			
E-mail Principal: <a href="mailto:convenios@ijaci.mg.gov.br">convenios@ijaci.mg.gov.br</a>			
Página de Internet: <a href="http://WWW.IJACI.MG.GOV.BR">WWW.IJACI.MG.GOV.BR</a>			
Tipo de Telefone		Nº Telefone	
Celular		(35)99999-9999	
Principal		(35)9999-9999	
ÁREAS DE ATUAÇÃO			
Segurança Pública; Desenvolvimento Econômico; Saúde; Cultura e Turismo; Educação; Desenvolvimento / Assistência Social; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Infraestrutura e Mobilidade Urbana; Transparência, Combate à Corrupção, Integridade e Ouvidoria; Planejamento, Finanças e Gestão; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;			
REPRESENTANTE LEGAL			
CPF	038.***.***-**		
Nome	FABIANO DA SILVA MORETI		
Cargo	Tipo de Assinatura		
Prefeito	Isoladamente		
Data Vencimento Mandato	Tempo de duração do Mandato		
31/12/2024	4 anos		





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO  
Cadastro Geral de Convenientes - CAGEC

<b>REGULARIDADE NO USO DE RECURSOS PÚBLICOS E ADIMPLÊNCIA COM O ESTADO</b>		
Inscrito no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (CADIN-MG): Sim		
Situação atual no SIAFI: Normal		
<b>DOCUMENTAÇÃO</b>		
<b>Credenciamento do Representante Legal</b>	<b>Situação</b>	<b>Validade</b>
Autorização assinada para recebimento de comunicação relativa a convênios e parcerias por meio eletrônico	✓ Vigente	31/12/2024
Autorretrato (Selfie) do representante legal segurando o documento de Identificação apresentado na solicitação	✓ Vigente	31/12/2024
Comprovante de endereço emitido em até 90 dias da data de apresentação do documento do prefeito	✓ Vigente	31/12/2024
Cópia da ata de eleição, termo de posse, diploma eleitoral ou documento equivalente do prefeito	✓ Vigente	31/12/2024
Cópia da carteira de identidade, inscrição em órgão profissional, carteira de motorista (CNH), passaporte do prefeito	✓ Vigente	31/12/2024
Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do prefeito	✓ Vigente	31/12/2024
Cópia do termo de declaração de concordância e veracidade	✓ Vigente	31/12/2024
<b>Habilitação Jurídica</b>	<b>Situação</b>	<b>Validade</b>
Cópia da inscrição no CNPJ	✓ Vigente	31/12/2024
Cópia de comprovante de endereço da sede emitido em até 90 dias da data de apresentação do documento	✓ Vigente	31/12/2024
<b>Regularidade Fiscal e Trabalhista</b>	<b>Situação</b>	<b>Validade</b>
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, negativa ou positiva com efeitos de negativa	✓ Vigente	08/11/2022
Certidão de Débitos Tributários Estadual	✓ Vigente	30/07/2022
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) negativa ou positiva com efeitos de negativa	✓ Vigente	26/09/2022
Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS	✓ Vigente	11/07/2022
<b>Responsabilidade e Transparência Fiscal</b>	<b>Situação</b>	<b>Validade</b>
Certidão atestando a observância limites dívidas, operação de crédito, antecipação receita, restos a pagar emitida pelo TCE/MG	✓ Vigente	21/09/2022
Certidão referente à despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida emitida pelo TCE/MG	✓ Vigente	21/09/2022
Declaração do prefeito que comprove ampla divulgação dos documentos de gestão fiscal	✓ Vigente	31/12/2022
Extrato do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), demonstrando o Item 3.1.2 - Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal - RGF - em situação "Comprovado"	✓ Vigente	30/07/2022
Extrato do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), demonstrando o Item 3.2. - Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Siconfi e ao Siope - em situação "Comprovado"	✓ Vigente	30/07/2022
Extrato do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), demonstrando o Item 3.3 - Encaminhamento das contas anuais - em situação "Comprovado"	✓ Vigente	30/04/2023
Extrato do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), demonstrando o Item 3.4 - Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis - em situação "Comprovado"	✓ Vigente	30/06/2022
Extrato do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), demonstrando o Item 3.5 -	Vigente	12/11/2022



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**Cadastro Geral de Convenientes - CAGEC**

Encaminhamento de Informações para o Cadastro da Dívida Pública - CDP - em situação "Comprovado"	✓	
Extrato do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), demonstrando o Item 4.1 - Exercício da Plena Competência Tributária, em situação "Comprovado"	✓ Vigente	30/04/2023
Extrato do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), demonstrando o Item 5.1- Aplicação Mínima de recursos em Educação - em situação "Comprovado"	✓ Vigente	30/01/2023
Extrato do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), demonstrando o Item 5.2 - Aplicação Mínima de recursos em Saúde - em situação "Comprovado"	✓ Vigente	12/11/2022
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS</b>		
Encaminhamento das contas anuais para a União com cópia para o Estado, por meio de relatório do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC		
<b>AUTENTICIDADE</b>		
Os documentos nato-digitais produzidos e geridos no âmbito do Cagec terão sua autoria, autenticidade e integridade asseguradas mediante utilização de assinatura eletrônica. Os documentos não produzidos no âmbito do Cagec deverão ser anexados no sistema, com apresentação de declaração de autenticidade assinada eletronicamente nos termos do art. 5º, § 1º, da Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº 05 de 24 de janeiro de 2020. A aceitação deste certificado está condicionado à verificação de sua autenticidade no sítio <a href="http://www.portalcagec.mg.gov.br">www.portalcagec.mg.gov.br</a> através do código de verificação abaixo.		
Código de verificação: 01201238256		





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI**

## **Estado de Minas Gerais**

---

### **JUSTIFICATIVA**

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores

O Executivo Municipal encaminha a esta Casa o presente Projeto de Lei, com o objetivo de ser autorizado a quitar débitos com o Estado de Minas Gerais provenientes de infrações ambientais cujas multas restaram inscritas na dívida ativa.

O Município de Ijaci sofreu autuações ambientais quando ainda era responsável pelos serviços de água e esgoto, por denúncias de alguns vereadores da época, por transbordo das estações de esgoto devido a problemas com as bombas e por conseguinte despejo do esgoto sanitário no Lago do Funil.

Foram feitos os recursos administrativos necessários, sem sucesso, sendo as multas inscritas em dívida ativa, conforme certidões anexas.

Foram destinados recursos ao Município de Ijaci através de emendas, no entanto conforme Cadastro Geral de Convenientes – CAGEC (anexo) o Município de Ijaci possui restrições para recebimento dos recursos, devido às inscrições em dívida ativa provenientes das citadas infrações ambientais.

Sendo assim, para que o Município possa receber os recursos provenientes do Estado de Minas Gerais, necessária a quitação dos débitos.

No entanto o prazo para adesão aos processos dos convênios se dará antes do período eleitoral, motivo pelo qual solicitamos regime de urgência na tramitação do presente projeto.

Sendo assim, submetemos o presente projeto à apreciação dos nobres vereadores, e após os trâmites legais e regimentais esperamos sua aprovação.

Prefeitura Municipal de Ijaci, 22 de junho de 2022.

  
**Fabiano da Silva Moreti**  
Prefeito Municipal





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI**

## **Estado de Minas Gerais**

**Ofício: 69/2022**

**Gabinete do Prefeito**

**Ijaci, 22 de junho de 2022.**



**Sra. Presidente**

Servimos do presente para enviar a esta Casa o anexo Projeto de Lei, que autoriza o pagamento de débitos com o Estado de Minas Gerais, provenientes de multas ambientais e dá outras providências.

Conforme se depreende da justificativa do projeto de lei, O Município de Ijaci sofreu autuações ambientais quando ainda era responsável pelos serviços de água e esgoto, por denúncias de alguns vereadores da época, por transbordo das estações de esgoto devido a problemas com as bombas e por conseguinte despejo do esgoto sanitário no Lago do Funil.

Foram feitos os recursos administrativos necessários, sem sucesso, sendo as multas inscritas em dívida ativa, conforme certidões anexas.

Foram destinados recursos ao Município de Ijaci através de emendas, no entanto conforme Cadastro Geral de Convenientes – CAGEC (anexo) o Município de Ijaci possui restrições para recebimento dos recursos, devido às inscrições em dívida ativa provenientes das citadas infrações ambientais.

Sendo assim, para que o Município possa receber os recursos provenientes do Estado de Minas Gerais, necessária a quitação dos débitos.

No entanto o prazo para adesão aos processos dos convênios se dará antes do período eleitoral, motivo pelo qual solicitamos regime de urgência na tramitação do presente projeto.

---

**Praça Prefeito Elias Antônio Filho**  
**Tel. (35) 3843.1280 – CNPJ 18.244.400/0001-08**  
**www.ijaci.mg.gov.br**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI**

### **Estado de Minas Gerais**

Desta forma, com amparo no artigo 44 da Lei Orgânica do Município de Ijaci, sirvo-me do presente para **CONVOCAR REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**, solicitando de Vossa Excelência que tome as providências cabíveis e previstas no Regimento Interno desta Casa, para designação da respectiva sessão.

A convocação de reunião extraordinária se faz necessária, para que seja apreciado o projeto de lei ora enviado, para a regularização do Município de Ijaci junto ao Cadastro Geral de Convenientes – CAGEC e assim poder receber os recursos provenientes de emendas.

Sendo assim, estão caracterizados a urgência e o interesse público relevante, para convocação de reunião extraordinária.

Sendo só para o momento subscrevemos,

Atenciosamente.

**FABIANO DA SILVA MORETI**  
**Prefeito Municipal**

**Exma. Sra.**

**Olivia Teodoro dos Santos**

**DD Presidente da Câmara Municipal de Ijaci**  
**Ijaci/MG**